



## ANÁLISE DO PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO BRASIL

Maria José Silva Lobato <sup>1</sup>  
Ismenia Blavatsky de Magalhães <sup>2</sup>  
Ângela Thaís Araújo de Almeida <sup>3</sup>  
Moisés Alberto Calle Aguirre <sup>4</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente estudo justifica-se pela necessidade de compreender melhor o perfil sociodemográfico dos estudantes brasileiros com deficiência. Uma população que, historicamente, enfrenta inúmeros desafios e barreiras impeditivas significativas de acesso, participação, permanência e aprendizagem com qualidade no sistema educacional brasileiro. Assim sendo, a investigação acerca da caracterização desse perfil estudantil brasileiro é essencial para identificar desigualdades sociodemográficas regionais que tende a influenciar diretamente no exercício do direito à qualidade da educação para todos (BRASIL, 1988, 2000, 2008, 2015), especialmente em um país marcado por profundas variações culturais, sociais, étnicos, geográficos, climáticos e as distintas disparidades educacionais de acesso e acessibilidade a recursos e serviços regionais.

Foram utilizados os microdados do Censo Escolar de 2019 para a análise dos perfis dos estudantes brasileiros com deficiência. Este estudo considerou variáveis sociodemográficas, incluindo sexo, idade, tipo de deficiência e cor/raça. Além dessas variáveis, a investigação foi enriquecida com a inclusão de outras, como: 1) zona de residência; 2) acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). A análise e tratamento dos dados foram realizados no programa Statistical Package for the Social Sciences (*SPSS*). Os dados permitem traçar um panorama nacional dos distintos perfis das

---

<sup>1</sup>Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação de Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [mariadeorfeu@gmail.com](mailto:mariadeorfeu@gmail.com);

<sup>2</sup>Doutora pelo Curso de Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - SP, [ismenia@imd.ufrn.br](mailto:ismenia@imd.ufrn.br);

<sup>3</sup>Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação de Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, [angelathaisaraujoa@gmail.com](mailto:angelathaisaraujoa@gmail.com);

<sup>4</sup>Professor orientador: Universidade Federal de Minas Gerais - MG, [moisescale2008@gmail.com](mailto:moisescale2008@gmail.com);



peessoas com deficiência e também compreender as especificidades regionais que impactam diretamente nas variações de acesso e acessibilidade escolar das pessoas com deficiência.

Adicionalmente, o estudo tem por base uma literatura científica baseada em diferentes autores (BEZERRA, 2019; BRANDOLIN, SILVA JUNIOR, SILVA, 2020) que exploram as distinções sociodemográficas entre estudantes com e sem deficiência, oferecendo um arcabouço teórico que sustenta a análise e a importância dos achados desta pesquisa. Ao identificar as características dos perfis por grandes regiões brasileiras, pretende-se fornecer pistas para a reformulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas as realidades regionais distintas, favorecendo uma educação mais justa e acessível a todos os estudantes com deficiência. Assim, o presente estudo tem por objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico dos estudantes com deficiência considerando as grandes regiões do Brasil. Foram usados as bases dos microdados do Censo Escolar de 2019.

Os resultados indicam que a maioria dos estudantes com deficiência do sexo masculino representam cerca de 2/3 do total residem na zona urbana e em sua maioria apresentam deficiência intelectual 69,90%. Buscou-se identificar tanto disparidades quanto similaridades significativas entre as grandes regiões do Brasil, com vista indicar caminhos de reordenamento de políticas educacionais específicas para diferentes grupos estudantis com deficiência, de acordo com as realidades regionais. Por fim, o estudo discute a importância em expandir a agenda de pesquisa para investigar possíveis discrepâncias nos perfis sociodemográficos dos estudantes brasileiros com deficiência em regiões mais desenvolvidas, indicando caminhos para mitigar as disparidades educacionais de acesso e acessibilidades regionais.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo apresenta uma investigação descritiva do perfil das pessoas com deficiência, baseada nos microdados do Censo Escolar de 2019. A extração e análise dos dados referentes aos estudantes com deficiência foram realizadas por meio do software SPSS. Adotou-se uma abordagem quantitativa, com a aplicação de análise estatística descritiva (ARAGÃO, 2011). As variáveis sociodemográficas investigadas foram: 1) TP\_Sexo (feminino e masculino); 2) NU\_Idade (grupos etários); 3) tipos de deficiência (IN\_Baixa\_visão; IN\_Cegueira; IN\_Def\_Auditiva; IN\_Def\_fisica; IN\_Def\_Intelectual; IN\_Surdez; IN\_Surdocegueira e IN\_Def\_Multipla 4) TP\_Cor\_Raca (não declarada, branca, preta, parda, amarela e indígena). Optou-se pela inclusão de variáveis adicionais para enriquecer as análises. Entre elas, inclui-se 5) TP\_Zona\_Residencial, diferenciando áreas urbanas e rurais. Adicionalmente,



variáveis relacionadas 6) Atendimento Educacional Especializado (AEE) foram incorporadas, abrangendo IN\_AEE\_Libras, IN\_AEE\_Língua Portuguesa, IN\_AEE\_Informática Acessível, IN\_AEE\_Braille, IN\_AEE\_CAA (Comunicação Aumentativa e Alternativa), IN\_AEE\_Soroban, IN\_AEE\_Vida Autônoma, IN\_AEE\_Óticos e Não Óticos, IN\_AEE\_Enriquecimento Curricular, IN\_AEE\_Desenho Cognitivo e IN\_AEE\_Mobilidade (BRASIL, 2019). Essas análises são fundamentais para compreendermos as condições de acesso e acessibilidades deste grupo populacional.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados a seguir correspondem a análise dos dados do censo escolar de 2019. Os achados mostraram que aproximadamente 838.845 estudantes brasileiros com deficiência estavam matriculados no ensino regular. Desse total, 63,2% eram do sexo masculino, enquanto 36,8% do sexo feminino, evidenciando uma predominância masculina em todas as grandes regiões brasileiras. Além disso, as regiões Sudeste e Nordeste concentravam cerca de 65,66% de todos os estudantes com deficiência, enquanto as demais regiões do país respondiam por 34,34% desse universo.

Em termos gerais, a maior parte dos estudantes brasileiros com deficiência que se autodeclararam como pertencente à cor/raça parda com 39,07%, seguida pela cor/raça branca (32,03%). As demais categorias raciais representam menos de 5% do total (preta, amarela e indígena). Observa-se que nas regiões Sudeste e Sul há um percentual mais elevado de estudantes com deficiência que se identificam como brancos, enquanto nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste predomina a identificação como cor/raça parda. Um aspecto adicional de relevância é o alto índice de dados omissos da variável cor/raça, que atinge, em média, 23,98% no contexto nacional. Com base nesses achados, pode-se inferir que a proporção de estudantes com deficiência pardos e brancos no censo escolar pode estar subestimada. As regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, respectivamente, apresentam as maiores taxas de omissões nessa categoria de informação.

Na região Sudeste, a distribuição etária dos estudantes com deficiência é predominantemente masculina, totalizando 222.705, em comparação com 112.778 do sexo feminino. A faixa etária de 10 a 14 anos apresenta a maior concentração de jovens, contabilizando 85.535 estudantes do sexo masculino e 46.011 do sexo feminino. Essa predominância masculina se estende às faixas etárias de 20 a 24 anos, 30 a 34 anos, 0 a 4 anos e 40 anos e mais. Este comportamento etário é similar, com concentração de perfil etário jovem nas regiões Nordeste, Centro Oeste, Norte e Sul. Na região Nordeste, observa-se a



segunda maior proporção de estudantes com deficiência, contabilizando 165.956 do sexo masculino e 88.410 do sexo feminino. Por outro lado, a região Centro-Oeste apresenta a menor proporção, com 42.914 estudantes do sexo masculino e 24.264 do sexo feminino. Ambas as regiões exibem distribuições etárias similares, predominando as faixas de 14 a 20 anos, 20 a 24 anos, 0 a 4 anos e 30 a 34 anos, em ordem respectiva. Já quando observamos a região Norte identificamos que 51.644 dos estudantes com deficiência são do sexo masculino e 30.248 do feminino. Assim como, nas demais regiões brasileiras os alunos estão concentrados entre as faixas etárias de 10 a 24 anos.

Ao analisar a região Sul identificou-se a terceira maior proporção de estudantes com deficiência totalizando um montante de 138.926, desse total 86.328 eram do sexo masculino e 52.598 do feminino. Em síntese, ao analisar as idades desses estudantes observamos que a estrutura etária aparentemente é um pouco mais envelhecida. Diversos fatores podem contribuir para a permanência prolongada de estudantes com deficiência no sistema educacional brasileiro, destacando-se a reprovação e o abandono escolar. Em consonância com essa perspectiva, o Relatório Mundial sobre a Deficiência (WHO, 2012, p. 214) afirma que "em geral, crianças com deficiência apresentam menor probabilidade de ingressar na escola, além de menores índices de permanência e aprovação".

Observa-se que no Brasil, em relação ao contexto socioespacial, que em média 80,04% dos estudantes com deficiência residem em áreas urbanas, enquanto 19,96% estão em zonas rurais. Contudo, é importante destacar que há variações regionais significativas nesse aspecto. As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul possuem em média, respectivamente, 11%, 12,2% e 17,2% de estudantes com deficiência vivendo em áreas rurais em 2019. Em contrapartida, a região Nordeste apresenta 32,8%, e a Norte 25,6% dos estudantes com deficiência que residem nessas localidades.

Os dados indicam que a maior proporção de estudantes com deficiência matriculados na rede educacional brasileira apresenta deficiência intelectual, com uma prevalência superior a 69,9% em todas as regiões. Subseqüentemente, observa-se uma representatividade significativa de estudantes com deficiência física 11,6% e deficiências múltiplas 6,5%. Além disso, verifica-se um contingente relevante de estudantes com baixa visão 6,4%.

Em relação aos tipos de AEE mais frequentes no Brasil utilizados pelos os estudantes com deficiência temos desenvolvimento de funções cognitivas com 21,5%, em segundo lugar desenvolvimento de vida autônoma com 16,3% . Por fim temos o ensino das técnicas do cálculo de soroban e o enriquecimento curricular, ambos com 15,6%. Esses quatro tipos de



AEE em conjunto totalizam um percentual de 69%. No Brasil o tipo de AEE menos utilizado é o sistema de ensino de braille com 1,4%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou um descompasso significativo na formulação e implementação de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência em diferentes regiões do Brasil. Apesar de avanços, como o aumento das matrículas na educação básica, persistem acentuadas disparidades regionais no que se refere à acessibilidade no ambiente escolar.

análise do perfil sociodemográfico das pessoas com deficiência em âmbito nacional é crucial para orientar intervenções estratégicas nos níveis regional, estadual e municipal, promovendo o aprimoramento de políticas públicas mais adequadas às demandas de inclusão escolar dos estudantes com deficiência em diferentes regiões.

Nesse sentido, torna-se fundamental o aprofundamento de estudos longitudinais que acompanhem a evolução do perfil dos estudantes com deficiência, contribuindo para o redimensionamento de políticas públicas que considerem as especificidades de cada realidade regional. Este estudo, portanto, aponta direções e ressalta a necessidade de ampliar pesquisas em demografia da educação com foco em estudantes com deficiência nas diferentes macrorregiões e microrregiões brasileiras.

**Palavras-chave:** Análise demográfica; Censo educacional; Educação inclusiva; Pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, J. Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. **Rev Práxis**; 3(6):59-62, 201.
- BEZERRA, A. F. de A. **Perfil sociodemográfico dos estudantes concluintes do ensino superior no Brasil em 2017**. 2019. 137f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- BRANDOLIN, F. SILVA JÚNIOR, S. H. A. da. SILVA, V. S. da S. **Perfil dos estudantes com deficiência visual pelo Censo Escolar-Brasil, 2008-2015**. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 24, n. 61, v. 2, p. 42-54. 2020. Acesso em: 06 fev. 2020.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP)/MEC. **Microdados do Censo Escolar**. Brasília, DF, 2019.



BRASIL, LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm?origin=instituicao](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm?origin=instituicao). Acesso em: 07 fev. 2020.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab). Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da república federativa do Brasil. Brasília, 05 out. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União* 2015; 7 jul. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab). Acesso em: 08 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Glossário da Educação Especial-Censo Escolar 2019. Disponível: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/educacenso/situacao\\_aluno/documentos/2019/glossario\\_da\\_educacao\\_especial\\_censo\\_escolar\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2019/glossario_da_educacao_especial_censo_escolar_2019.pdf) > Acesso em: 26 de agosto de 2024.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasília. Brasília: Mec, 2008. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

World Health Organization. Relatório mundial sobre a deficiência, SEDPCD, 2012. 334 p.